



**PORTARIA MPS Nº 185, DE 14 DE MAIO DE 2015**  
**(Publicada no D.O.U. de 15/05/2015)**

**Revogada pela Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022**

**Atualizada até 02/01/2018**

Alterações:

Portaria MF nº 577, de 27/12/2017, publicada no D.O.U. de 29/12/2017

Institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS".

**O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, resolve:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS".

**Art. 2º** O Pró-Gestão RPPS tem por objetivo incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

**Art. 3º** A adesão ao Pró-Gestão RPPS será facultativa, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS.

**Art. 4º** A certificação institucional no âmbito do Pró-Gestão RPPS será concedida aos RPPS que cumprirem ações nas dimensões de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, constará de quatro níveis de aderência e terá prazo de validade de 3 (três) anos.

**§ 1º** A relação das ações a serem verificadas para concessão da certificação institucional consta do Anexo desta Portaria.

**§ 2º REVOGADO pela Portaria MF nº 577, de 27/12/2017.**

**Original:** *§ 2º A certificação institucional somente será fornecida ao ente que obtiver a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes.*

**§ 3º REVOGADO pela Portaria MF nº 577, de 27/12/2017.**

**Original:** *§ 3º O RPPS que, após receber a certificação institucional, não mantiver CRP válido por mais de 90 (noventa) dias, terá sua certificação cancelada.*

**Art. 5º** A avaliação do cumprimento dos requisitos mínimos a serem observados em cada uma das ações e a atribuição da certificação institucional será de responsabilidade de entidade credenciada para esse fim.

**Art. 6º** Compete à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS:

**I** - divulgar, por meio do sítio do Ministério da Previdência Social na rede mundial de computadores - Internet, o Manual do Pró-Gestão RPPS, que conterá:

- a)** o cronograma de implantação do Pró-Gestão RPPS;
- b)** os parâmetros a serem observados para avaliação e habilitação das entidades certificadoras;
- c)** os procedimentos para adesão ao Pró-Gestão RPPS;
- d)** os procedimentos a serem observados para a renovação, suspensão ou cancelamento da certificação institucional;
- e)** o conteúdo de cada uma das ações a serem observadas para obtenção da certificação institucional.

**I** - avaliar as entidades interessadas em se habilitarem como certificadoras no Pró-Gestão RPPS e decidir sobre o seu credenciamento;

**II** - adotar as demais providências necessárias à implantação do Pró-Gestão RPPS e dirimir os casos omissos nesta Portaria.

**Parágrafo único.** A SPPS poderá realizar consulta ou audiência pública para a definição dos parâmetros de que trata o inciso I, alínea "b".

**Art. 7º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CARLOS EDUARDO GABAS**

## **ANEXO**

### **PRO-GESTÃO RPPS - CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - AÇÕES A SEREM VERIFICADAS EM CADA DIMENSÃO**

#### **I - CONTROLES INTERNOS**

1. - Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS.
2. - Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS.
3. - Capacitação e certificação dos gestores e servidores das áreas de risco.
4. - Estrutura de controle interno.
5. - Política de segurança da informação.
6. - Gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas.

#### **II - GOVERNANÇA CORPORATIVA**

1. - Relatório de governança corporativa.
2. - Planejamento.
3. - Relatório de gestão atuarial.
4. - Código de ética da instituição.
5. - Políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor.
6. - Política de investimentos.
7. - Comitê de Investimentos.
8. - Transparência.
9. - Definição de limites de alçadas.
10. - Segregação das atividades.
11. - Ouvidoria.
12. - Qualificação do órgão de direção.
13. - Conselho Fiscal.
14. - Conselho de Administração.
15. - Mandato, representação e recondução.
16. - Gestão de pessoas.

#### **III - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

1. - Plano de ação de capacitação.
2. - Ações de diálogo com os segurados e a sociedade.